

Futura Constituição tem um começo progressista

Silvio Donizetti

As duas primeiras semanas de votação da Constituinte apresentaram grandes avanços em relação à Constituição em vigor. Apesar do projeto da Sistematização, que é mais moderno e liberal, ter sido preterido em parte pelo substitutivo do Centrão, os acordos entre progressistas e conservadores acabaram por aprovar um texto que coloca o País em condições de igualdade em relação às principais democracias do mundo, no que se refere ao Preâmbulo, Título I e os primeiros dispositivos do Título II.

Já no Título I, foi aprovada proposição que consagra a soberania popular no texto constitucional. O dispositivo fazia parte do projeto da Sistematização, no seu Preâmbulo e no Título e retornou ao texto em virtude dos entendimentos entre os líderes partidários e o Centrão.

Segundo o ex-deputado João Gilberto, diretor do Centro de Estudos e Acompanhamentos da Constituinte da UnB, a redação deste parágrafo é uma das melhores do mundo, inclusive mais avançada do que a Constituição francesa que prevê apenas que o povo exerça o poder através de referendums ou dos seus representantes.

Tortura

O Título II, um dos mais complexos de todo o projeto de Constituição, inova ao considerar a tortura crime inafiançável, bem como o terrorismo e o tráfico de drogas. Neste particular, prevaleceu a tese do Centrão, já

que as esquerdas defendiam que o terrorismo e o tráfico de tóxicos fossem tratados em parágrafos separados.

Os progressistas entendem que a condenação à tortura é uma garantia do cidadão e que não há nenhum sentido em igualar este crime aos demais. Na questão do tráfico de drogas, o perigo de estabelecer numa Constituição que ele é um crime inafiançável é porque a fronteira entre o consumidor e o traficante, em alguns casos, é muito pequena, podendo penalizar gravemente o primeiro devido à interpretação da lei.

Outro avanço significativo foi a aprovação da emenda do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) considerado a prática do racismo como crime inafiançável, sujeito a pena de reclusão.

Para João Gilberto, a permissão da escuta telefônica, por ordem judicial, é uma prática adotada nos países democráticos e já é admitida atualmente no Brasil pela legislação ordinária.

A seu ver, também foi importante a aprovação do dispositivo prevendo que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Ou a emenda do deputado José Tavares (PMDB-PR) que proíbe o civilmente identificado de ser submetido à identificação criminal, salvo em excepcionais definidos em lei.

Com a aprovação do parágrafo 19 será admitida a ação privada nos crimes de ação pública, quando o promotor não denunciar o fato no prazo legal. Atualmente, vários crimes somente podem ser denunciados pelo Ministério Público.

Maioria vota pena de morte

No meio da semana passada, o plenário da Constituinte rejeitou, por maioria absoluta, emenda do deputado Amaral Netto (PDS-RJ) que pretendia estabelecer a pena de morte no Brasil. Em seguida, os constituintes derrotaram maciçamente quatro propostas que previam a prisão perpétua e o trabalho forçado. "O trabalho forçado foi abolido pelos países civilizados", informa João Gilberto.

O único ponto controverso no dispositivo que proíbe a pena de morte, prisão perpétua e trabalhos forçados é a expressão "salvo em caso de guerra declarada", incluída na proposta do Centrão. Este trecho pode ser interpretado, segundo a reclamação do deputado José Genóino (PT-SP) como nos casos de guerra interna, como foi o confronto governo guerrilha nos anos 70. Mesmo assim, é discutível este entendimento uma vez que a declaração de guerra é regulada pela própria Constituição e deve ser submetida ao Congresso Nacional, e tradicionalmente refere-se a conflitos externos.

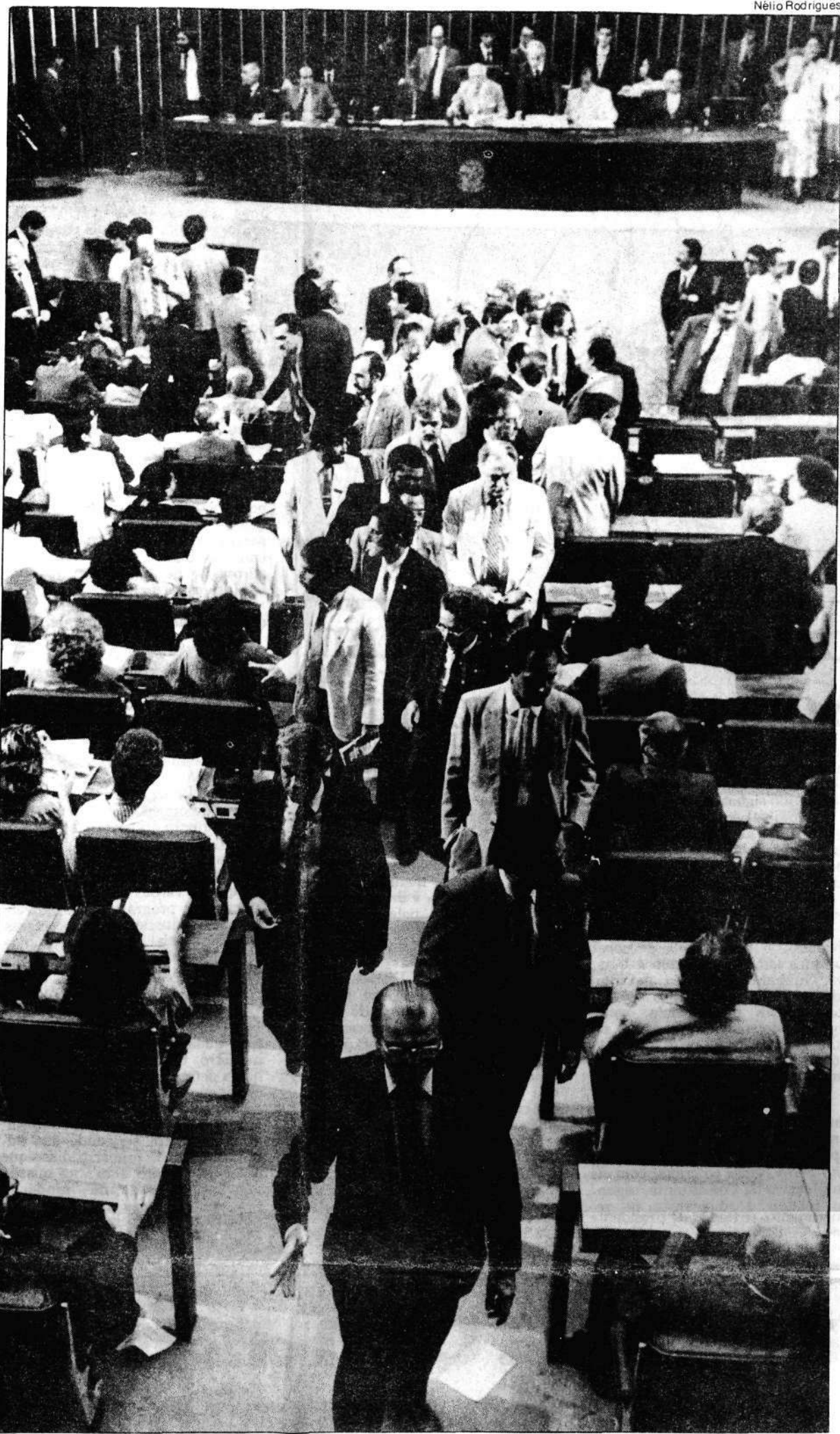
O direito dos presos também foi privilegiado pelo texto até agora aprovado. São novidades a obrigação do policial se identificar ao efetuar a prisão (a proposta do

Centrão previa que a autoridade declarasse apenas a que órgão estava subordinado), a leitura dos direitos do preso, na hora da prisão, inclusive o de permanecer calado e a comunicação do fato à justiça e aos seus familiares.

No campo das comunicações, arte e ciência, foi abolida a censura ou licença prévia. Além disso, os sindicatos poderão fiscalizar o aproveitamento econômico das obras artísticas, intelectuais e científicas. Outro avanço importante, neste setor, diz respeito à proteção da participação individual em obras coletivas e o chamado direito de arena, reclamado tanto por artistas como por atletas profissionais.

Após a promulgação da nova Constituição, todo cidadão tem direito de receber dos órgãos públicos informações particulares ou coletivas, ressalvadas aquelas que o sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

O último dispositivo aprovado até hoje, determina que será concedido o asilo político. O texto faz parte do projeto do Centrão e assegura plenas condições para a concessão do asilo.



Os acordos de lideranças em plenário favoreceram a aprovação da maioria das emendas na Constituinte

Semana não terá muitos conflitos

O plenário da Constituinte recomeça na próxima semana as votações do Capítulo I, do Título II do projeto de Constituição com a possibilidade da aprovação da proposta do Grupo dos 32, sobre a definição do conceito da propriedade. O senador Virgílio Távora (PDS-CE), um dos coordenadores do grupo, garantiu ontem que o Centrão e o PMDB são favoráveis à fórmula apresentada que deverá pôr fim ao impasse criado desde a última quinta-feira em torno do assunto.

A proposta estabelece que o direito de propriedade é protegido pelo Estado, subordinado ao bem-estar social, sendo que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação pelos poderes públicos nos casos de necessidade, utilidade pública ou interesse social mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos na Constituição.

Pelo lado do Centrão, os deputados Luís Eduardo (PFL-BA), Ricardo Fiuza (PFL-PE), Afif Domingos (PL-SP) e José Bonifácio (PDS-MG), que possuem ascendência sobre seus companheiros, já concordaram com a fórmula apresentada pelo Grupo dos 32. Também o líder do PMDB, senador Mário Covas (SP), comprometeu-se em apoiar a proposta. Em contrapartida os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP) ambos conservadores, e o vice-líder do PT, deputado José Genóino (SP), e o líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), da corrente de esquerda, são contra o acordo. O quarteto, porém, não deverá instabilizar a avaliação de Virgílio Távora.

Votação

Na opinião de Távora, a Constituinte somente voltará a examinar a emenda relativa à definição do conceito da propriedade na terça-feira, já que a sessão de amanhã não deverá ter quorum para a votação da matéria.

"O que está fazendo é muita desconfiança de parte a parte que dificultou um pouco as negociações. A esquerda acha que o acordo deve incluir também um compromisso do Centrão de aprovar, na votação da reforma agrária, dispositivo prevendo que a desapropriação seja paga em Títulos da Dívida Agrária, à exceção das benfeitorias. Já o Centrão teme que ao submeter a propriedade ao bem-estar social, possa estar abrindo uma porta para que qualquer autoridade local desapropriar a terra ao seu bel prazer", explicou o senador.

Íntegra do texto já aprovado em plenário

Em suas duas primeiras semanas de votação em plenário, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou o seguinte texto constitucional:

Preâmbulo

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir no País um novo Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social da Nação e comprometida com a solução pacífica de todas as controvérsias, tanto na ordem interna como na internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

Título I — Dos Princípios Fundamentais.

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, formada pela União indissolúvel dos estados e municípios, Distrito Federal e territórios, constitui-se em Estado democrático de Direito, visa a construir uma sociedade livre, justa e solidária, e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e a convivência em paz com a humanidade.

A soberania popular representa um avanço

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo que o exerce por representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º. São poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º. São objetivos fundamentais do Estado:

I. garantir a independência e o desenvolvimento nacionais;

II. erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades entre as pessoas e regiões;

III. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e de outras formas de discriminação.

Art. 4º. O Brasil fundamentará suas relações internacionais nas



princípios da independência nacional, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos e da defesa da paz, bem como no repúdio ao terrorismo e ao racismo, e propugnará pela cooperação entre os povos e pelo progresso da humanidade.

Art. 5º. O Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, tendo em vista a formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Título II — Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Capítulo I — Dos Direitos Individuais e Coletivos.

Art. 6º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Parágrafo 1º — Ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei.

Parágrafo 2º — A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. A prática do racismo constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Parágrafo 3º — A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Parágrafo 4º — A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou coisa julgada.

Parágrafo 5º — É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Terrorismo e tortura, conflito inafiançável

Parágrafo 6º — É inviolável a liberdade de consciência e de crença, assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de culto e a suas liturgias particulares.

Parágrafo 7º — É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

Parágrafo 8º — Ninguém será submetido a tortura, a penas cruéis ou a tratamento desumano ou degradante. A lei considerará a prática da tortura, o tráfico de drogas, os crimes hediondos e o terrorismo, crimes inafiançáveis, insusceptíveis de graça ou anistia, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

Parágrafo 9º — O trabalho é dever de todos. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as qualificações profissionais que a lei exigir.

Parágrafo 10 — São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Parágrafo 11 — A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém pode entrar nela, à noite, sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial.

Parágrafo 12 — É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e telefônicas, salvo neste último caso, por ordem judicial, nas

hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal e instrução processual.

Parágrafo 13 — Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal. A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Parágrafo 14 — Não haverá juízo ou tribunal de exceção. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, e tampouco privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Parágrafo 15 — Aos litigantes, em processo judicial, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

Parágrafo 16 — São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

Parágrafo 17 — Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Parágrafo 18 — O civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo em hipóteses excepcionais definidas em lei.

Parágrafo 19 — Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

Parágrafo 20 — A lei somente poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Parágrafo 21 — Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, mas a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens poderão ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido, nos termos da lei.

Parágrafo 22 — A lei assegurará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

I — Privação da liberdade

II — Perda de bens

III — Multa

IV — Prestação social alternativa

V — Suspensão ou interdição de direitos.

Parágrafo 23 — Não haverá pena de morte, salvo em casos de guerra declarada, nem de caráter perpétuo, de trabalhos forçados ou de banimento.

Parágrafo 24 — Ninguém será

Racismo se torna um crime que dará prisão

presos senão em flagrante delito, ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente. A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada. O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, assegurada a assistência da família e de advogado. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária.

Parágrafo 25 — Ninguém será levado à prisão, ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Parágrafo 26 — É assegurado aos presos o respeito à sua integridade física e moral; às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. A pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, sua gravidade, as condições em que foi praticado, a idade e os antecedentes criminais do apenado.

Parágrafo 27 — O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o sentenciado que ficar preso além do tempo indicado na sentença.

Parágrafo 28 — Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

Parágrafo 29 — O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou interrogatório policial.

Parágrafo 30 — Ninguém será privado de qualquer de seus direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a



todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

Parágrafo 31 — É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente, de censura ou licença. Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. É assegurada proteção, nos termos da lei, às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades desportivas. Será assegurado aos criadores, intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas o direito de fiscalização sobre o aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem.

Parágrafo 32 — A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para a sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social do País e o seu desenvolvimento tecnológico e econômico.

Parágrafo 33 — Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. As informações requeridas serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo 34 — É a todos assegurado o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder, bem como a obtenção de certidões junto a repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, independentemente de pagamento de taxas.

Parágrafo 35 — Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum praticado antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico internacional ilícito de drogas entorpecentes, na forma da lei.

Parágrafo 36 — Não será concedida extradição de estrangeiros por crime político ou de opinião.

Parágrafo 37 — Conceder-se-á asilo político.